



Inclusão de alunos com deficiência na dimensão procedimental: Uma breve revisão

Yasmim Gouvea da Silva Nunes

Rodrigo de Magalhães Vianna

RESUMO

O presente estudo ocorreu a partir do método de revisão bibliográfica, descritiva e qualitativa, e teve como objetivo encontrar na literatura, por uma revisão narrativa, a inclusão na educação física de alunos com deficiência na dimensão procedimental. A pesquisa foi realizada em duas bases de dados: a Scielo e Revista Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (Sobama), entre 2017 e 2023, com os descritores educação física e pessoas com deficiência combinados. Foram avaliados na íntegra 5 artigos, sendo apenas 3 artigos elegíveis. Foram encontrados diversos trabalhos, no entanto, em maioria voltados ao esporte adaptado. Quanto as limitações do trabalho, salienta-se a necessidade de pesquisa em outras bases de dados e idiomas, além de eleger outros descritores, dessa forma fornecer contribuições práticas para professores de educação física utilizarem e promoverem a participação efetiva de alunos com deficiências.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Física, Pessoa com deficiência.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema que ganhou espaço nos debates na sociedade no fim do século XX em campo escolar com a necessidade de acolhimento das crianças com deficiências, transtornos e altas habilidades nas escolas públicas de ensino regular. A inclusão é “...o processo por meio do qual a sociedade se reestrutura e se adapta para receber nos seus sistemas, pessoas consideradas diferentes das demais” (SILVA, 2017, p. 16). Já pra Ferreira, Cataldi (2014, p.80) a inclusão é um meio que visa excluir os obstáculos que impedem o conhecimento e a integração das pessoas com deficiência na sociedade.

A vista disse várias políticas públicas, voltadas para a educação, foram implementadas com esse viés, viabilizando a inclusão de diversas crianças, mais precisamente, aqui no Brasil, após a declaração de Salamanca (1994), que proclamou a necessidade de escolarização das crianças com deficiência, partindo da educação para todos, de forma integrada com os demais e pontuando a educação inclusiva. A Educação Inclusiva tem como finalidade receber os alunos com deficiência nas turmas regulares, com o ensino adequado e adaptado as suas especificidades, a partir da elaboração de planejamentos personalizados (LOPES et. al. 2018, p. 24). Dentre as mudanças legislativas, a fim de legitimar a garantia da educação inclusiva, foi promulgada a LDB n. 9.394/96, capítulo V que trata especificamente da educação especial e os meios para assistir os alunos com deficiência (BRASIL,1996).

Temos como disciplina obrigatória na grade curricular do ensino básico a Educação Física (EF), uma área que auxilia na inclusão tanto na escola como nos esportes (ELIANA, CATALDI, 2014, p. 81). No



entanto, geradora de controvérsias quando a tratamos pela óptica da educação inclusiva, o que pode ocorrer como citado por Ferreira; Caltaldi (2014) pelas:

“(...) dificuldades epistemológicas e conceituais que acompanham a Educação Física somada às diversas formas de se compreender e praticar a inclusão, além de serem influenciadas pela obrigatoriedade em se cumprir programas impostos pelas Secretarias de Educação, que em sua maioria são compostos por avaliações.” (p. 88-89)

A realidade da EF em muitas ocasiões ainda se vincula as suas raízes tradicionais excludentes. Para compreendermos esse fenômeno é importante conhecer um pouco da sua história e quais eram seus objetivos como disciplina escolar precisamente, aqui no Brasil.

Sua implementação no Brasil no início do século XX se deu a partir do corrente médico higienista, que devido ao sistema econômico vigente naquele período visava produzir mão de obra para as longas escalas de trabalho e diminuir as mazelas sociais, fruto da grande desigualdade social que ocorria. A Educação Física “propunha a defesa da saúde, da educação pública e o ensino de novos hábitos higiênicos pela medicina social (MILAGRES et. al. p.162). Em 1939 a primeira escola de formação de Professores de Educação Física foi inaugurada, sofrendo forte influência do estado Novo, seus professores advinham de escolas militares (OLIVEIRA, 2019, p. 39). Dessa forma, a EF nasce a partir da Concepção médico e higienista, evoluindo ao modelo esportivista.

“... o nascimento da EF se deu, por um lado, para cumprir a função de colaborar na construção de corpos saudáveis e dóceis, ou melhor, com uma educação estética (da sensibilidade) que permitisse uma adequada adaptação ao processo produtivo ou a uma perspectiva política nacionalista, e, por outro, foi também legitimado pelo conhecimento médico-científico do corpo que referendava as possibilidades e a, necessidade e as vantagens de tal intervenção sobre o corpo” (BRACH, 1999, p.73)

A partir da valorização do esporte paradigmas excludentes foram sendo construídos em campo escolar. “Tal característica vai resultar em padrões e códigos esportivos exigidos pela escola, como regras, condutas, necessidade de resultados, princípios de rendimento, técnicas e a Associação direta do esporte com a necessidade de vencer” (OLIVEIRA, 2019, p. 39). No entanto a partir dos anos 70, como citado por Brach (1999, p. 77) e Oliveira (2019, p.39), a EF passou a ser estudada por outras áreas de conhecimento, sofrendo diversas críticas, principalmente nos quesitos de aptidão e rendimento.

A Inclusão começou a ser discutida em meados da década de 70 a 80, ganhando força com a carta europeia do Esporte para Todos. Segundo Ferreira e Caltaldi “...sua importância foi decisiva para o impulso das políticas nacionais da Educação Física e do Esporte” (2014, p. 84). Em 1988 foi criado o Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da pessoa deficiente. E somente no final da década de 80 foi estabelecido a Resolução 03/87, a Educação Física adaptada se tornou oficial nos cursos de graduação em Educação Física (CIDADE, FREITAS, 2022, p.1).



Diversas concepções metodológicas foram sendo criadas e estudadas, a fim de aperfeiçoar a disciplina e consequentemente torná-la mais inclusiva. O que pode ser visto no livro Metodologia do Ensino de Educação Física - Coletivo de Autores (1992, p.33) “Tematizar formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal”, que exemplifica o significado e objetivo da Educação Física. A Educação Física passou a ser disciplina obrigatória a partir da LDB 9394/96, já citada, integrando documentos norteadores na prática pedagógica da disciplina, como os Parâmetros Curriculares Nacionais em 1998.

Atualmente o documento mais recente como referencial para a prática pedagógica da EF e demais disciplinas, homologado em 2018, é denominada Base Nacional Comum Curricular- BNCC, estabelecendo o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)¹⁴. (BRASIL, 2018). A EF no documento, tem como objetivo proporcionar conhecimentos acerca da cultura e pluralidades existentes no país:

Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade (BRASIL, 2018).

A partir dos estudos da Cultura Corporal como objeto de conhecimento e vivência na EF, a inclusão se tornou mais difundida dentro da disciplina escola. O presente trabalho tem como objetivo pesquisar na literatura de que modo os alunos com deficiências são incluídos na Educação Física na dimensão procedimental.

2 METODOLOGIA

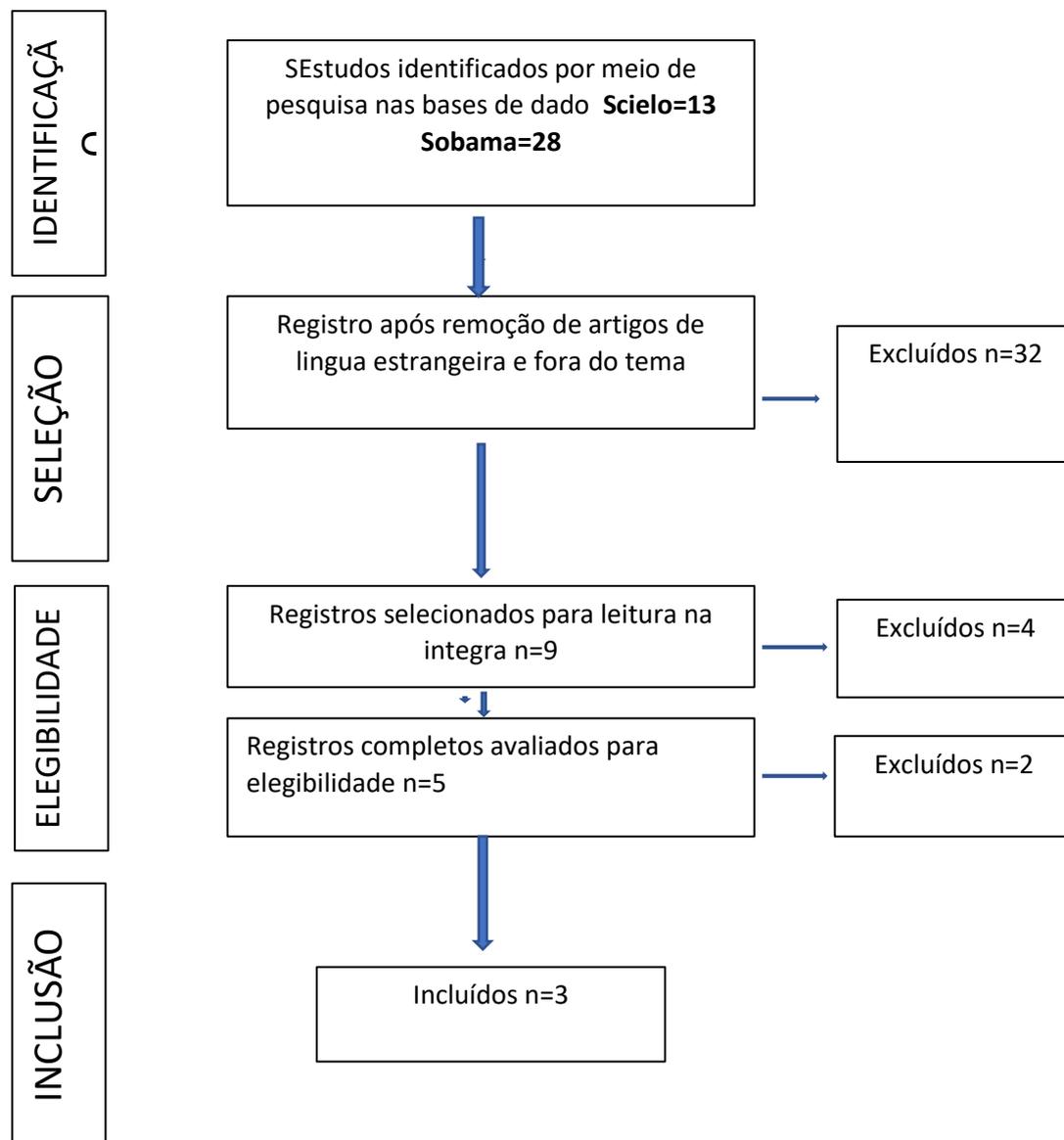
O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. Segundo Almeida (2011), a pesquisa bibliográfica busca relações entre conceitos, características e ideias. Este estudo constitui uma revisão narrativa de caráter descritivo a respeito da educação física adaptada para alunos com deficiência. A coleta de dados foi realizada entre junho e julho de 2023, e utilizou-se para as pesquisas a base de dados Scielo e Revista Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA). Foi definido como critério de elegibilidade para inclusão dos artigos e trabalhos acadêmicos relacionados com a temática escolhida como objeto de estudo. Os textos selecionados deveriam estar disponíveis na íntegra, em idioma português. Dentre os critérios a lacuna temporal ficou compreendida entre 2017 e 2023. Após a seleção dos artigos conforme os critérios foram seguidos os seguintes passos: leitura exploratória, leitura



seletiva e final. Seguindo leitura de título, resumo e artigo na íntegra. Para buscas foram utilizados descritores educação física e pessoas com deficiência, combinados.

3 RESULTADOS

A seguir foram elaborados um fluxograma e uma tabela com os artigos obtidos a partir da pesquisa realizada na base de dados Scielo e Revista Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (Sobama), com os critérios de exclusão e inclusão.



Quadro 1- Síntese dos trabalhos selecionados na base de dados Scielo e Revista Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA)

Autor (ano)	Título	Objetivo	Conclusão
-------------	--------	----------	-----------



<p>CARVALHO, Ingrid Rosa et al (2022)</p>	<p>A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: UMA EXPERIENCIA DE ENSINO DO HIP HOP PARA JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL</p>	<p>Compreender e analisar as diversas manifestações de linguagem produzidas ao longo de uma experiência de ensino do hip hop e seus desdobramentos para o reconhecimento de jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo. Interessa-nos, ainda, problematizar sobre as possíveis contribuições que a mediação da cultura hip hop fomentou nos processos de inclusão social dos envolvidos.</p>	<p>O hip hop se apresentou como meio de inclusão para jovens e adultos com deficiência intelectual, tendo em vista que essa manifestação cultural possibilita considerar as particularidades dos alunos. O hip hop amplificou as formas de linguagem e promoveu a inclusão, proporcionando a apropriação de novos bens culturais. Por fim, oportunizou a ocupação de espaços públicos, compartilhando com a comunidade a expressão cultural produzida por meio da transposição didática do hip hop.</p>
<p>TIVES, Carla Pereira et. al. (2020)</p>	<p>JOGOS DE TABULEIRO E DE MESA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSTRUÇÃO DE ADAPTAÇÕES PARA INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA</p>	<p>O objetivo é descrever uma proposta de ensino-aprendizagem do HCR desde a iniciação da modalidade até o jogo competitivo.</p>	<p>As presentes adaptações propostas visaram proporcionar opções para a inclusão dos alunos com deficiência e diminuir os impedimentos que os professores vivenciam, dificultando a inclusão. As adaptações mostraram-se ser de fácil realização, sendo executadas com a ajuda de todas os alunos da turma, o que possibilitará a socialização e o reconhecimento da inclusão dos colegas com deficiência e não enxergar apenas suas dificuldades.</p>
<p>RAMOS, Lucena R.; COSTA, Rodrigo G. C. (2022)</p>	<p>HANDEBOL EM CADEIRA DE RODAS DA INICIAÇÃO AO JOGO: PROPOSTA DE ENSINO</p>	<p>O objetivo é descrever uma proposta de ensino-aprendizagem do HCR desde a iniciação da modalidade até o jogo competitivo.</p>	<p>A proposta de ensino-aprendizagem do HCR apresentada no presente estudo poderá contribuir com o desenvolvimento da modalidade, adesão de novos praticantes e aplicação às diferentes faixas etárias e níveis de habilidade, embasados nos modelos teóricos da aprendizagem motora e</p>



			pedagogia do esporte. Além disso, apresenta-se uma aplicação prática desses modelos teóricos, contribuindo para o amadurecimento do campo da pedagogia do paradesporto e não apenas do esporte.
--	--	--	---

Fonte: Autores (2023)

4 DISCUSSÃO

O artigo de Carvalho e Colaboradores (2020) analisa o ensino do Hip Hop para alunos com deficiência intelectual e autismo como meio para produzir manifestações de linguagem e proporcionar a inclusão social. O estudo foi realizado a partir do método qualitativo de pesquisa-ação existencial, com moradores da comunidade de Porto Velho- ES matriculados no programa de extensão “Prática pedagógica de Educação Física adaptada para pessoas com deficiência”. Os participantes com idade entre 16 e 60 anos, compareceram a 32 aulas ao todo que ocorreram entre março e dezembro de 2017. O tema principal das aulas sendo o hip hop foi fragmentada a partir dos seus elementos culturais denominados de práticas corporais urbanas da juventude sendo: o break, o grafite, o rap, o DJ, o basquete de rua e o skate.

Os autores observaram que cada elemento cultural estimulou a apropriação do hip hop e sua resignificação por parte dos alunos. O rap incentivou outras formas de linguagem, além da socialmente estabelecida, os materiais utilizados ensinaram a criação do MC somado ao ritmo, ocasionando o estímulo das atividades psicológicas voluntárias apropriando e transformando. O Beat Box promoveu um novo saber através da resignificação da percussão vocal, e o grafite contribuiu em recordar das aulas ocorridas, que foram representadas nos “desenhos” dos alunos. A vivência com o hip hop permitiu que os alunos tivessem autonomia no seu processo de ensino aprendizagem, comunicando-se através música, de forma não tradicional como na linguagem oral o que permitiu que todos fossem incluídos nas atividades.

Segundo Neves e Neira (2019, p. 11) “A resignificação abre a possibilidade de fazer com que os estudantes se tornem produtores de cultura...”, assim sendo o hip hop foi utilizado por Carvalho e colaboradores (2020) por se tratar de uma manifestação cultural com vários elementos que podem ser resignificados, proporcionando a inclusão e a transmissão de sentimentos e atitudes. Por outro lado, o movimento é também um meio de contestação a maneira que as pessoas com deficiências são percebidas de forma preconceituosa, já que o hip hop visa emancipar dentro da sociedade minorias como os pobres e os negros (OLIVEIRA; BATISTA; MEDEIROS, 2014, p.173). Além disso essa manifestação possibilitou que os alunos se tornassem protagonistas do processo de ensino aprendizagem, além das relações sociais



que foram estabelecidas apoiando a inserção na comunidade dos indivíduos, permitindo “...aos jovens desenvolver uma educação política e, conseqüentemente, o exercício do direito à cidadania” (ANDRADE, 1999, p. 89).

O trabalho de Tives e colaboradores (2020) teve como principal objetivo desenvolver jogos adaptados para serem utilizados nas aulas de Educação Física, por alunos com deficiência, através da contribuição dos colegas de classe na confecção dos jogos. A pesquisa ocorreu por meio de uma ação pedagógica em uma escola pública na cidade de Florianópolis. Os alunos sem deficiência deveriam escolher quais jogos de tabuleiro e de mesa produziram de forma adaptada. Participaram do estudo 135 alunos do ensino fundamental II, no decorrer de 18 aulas, nas quais a ação pedagógica foi dividida em quatro etapas: problematização, pesquisa, planejamento e por fim criação dos jogos de mesa e socialização dos jogos.

O estudo constatou que a proposta de adaptações dos jogos é atingível dentro da escola, além de favorecer que os alunos sem deficiência promovam a inclusão através da confecção dos jogos, desenvolvendo a empatia dos alunos, permitindo enxergar não só as dificuldades dos colegas. Além disso, identifica diversas possibilidades pedagógicas de fácil acesso para efetivar a participação dos alunos com deficiência, contribuindo no seu aprendizado, viabilizando a participação em conjunto dos educandos e promovendo valores como o respeito e a aceitação das diferenças. Em síntese Tives e colaboradores apresentaram uma ação pedagógica que ajudara profissionais que encontram obstáculos para criar aulas inclusivas, assim como, promover a participação de todos para efetivar a inclusão, desmistificar preconceitos, promover a aceitação das diferenças e proporcionar um aprendizado mais prazeroso.

De acordo com Ferraz, Araújo, Carreiro (2010, p.2). “O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de dificuldades ou diferenças que possam apresentar”, o que respalda o estudo Tives e colaboradores (2010) ao realizarem a ação pedagógica em equipe, juntamente com alunos sem e com deficiência, podendo proporcionar “... o surgimento de amizades entre os alunos estimulando o aprendizado em habilidades acadêmicas, habilidades de vida diária, comunicações e sociais” (ALVES; MOLAR, 2019, np.). Além disso, a adequação das atividades de forma recreativa permite desenvolver a socialização independente das diferenças existentes entre os alunos (MOREIRA, *et. al.* 2017) A inclusão na educação física tem como núcleo o aluno, dessa forma deve priorizar desenvolver as capacidades de todos os participantes, ofertando condições para acesso aos temas, com a participação integral, através de métodos específicos que evite a exclusão e o desinteresse (AGUIAR, 2005 p.5).

O estudo de Ramos e Costa (2022) é resultado do aumento da prática do handebol em cadeira de rodas no Brasil, por esse motivo visa discorrer sobre a iniciação da modalidade até o jogo competitivo, no ensino do handebol em cadeira de rodas. O estudo se desenvolveu a partir da metodologia descritiva



propositiva, a qual as atividades propostas devem seguir etapas até o jogo formal, sendo elas: pessoa-cadeira, pessoa-cadeira-bola, pessoa-cadeira-bola-pessoa.

O trabalho de Ramos e Costa (2022) explorou domínios e aspectos envolvidos no ensino aprendido do Handebol em cadeira de rodas. O primeiro deles se refere ao movimento humano, estimulado em todas as etapas desenvolvidas, com treino de força dos membros superiores e capacidades aeróbicas, como também de competências funcionais em habilidades na cadeira de rodas e equilíbrio. O segundo domínio refere-se as inteligências múltiplas, progredindo no decorrer da aprendizagem, referentes as habilidades estratégicas e tomada de decisão frente a situações problema e a classificação funcional de deficiência dos colegas. Aspectos psicológicos estimulados com a progressão de desafios de forma individual e em conjunto com os colegas, favorecendo a autoconfiança, resolução de problemas e conhecimento acerca da modalidade. Assim, aspectos filosóficos também foram abordados, com os aspectos históricos do jogo, potencial esportivo das pessoas com deficiência, preconceitos e a valorização do handebol adaptado criado no Brasil. Ramos e Costa (2022) concluíram que o estudo deve de contribuição para a praticada modalidade, pautada nas teorias de aprendizagem motora e na pedagogia do esporte, apoiando a pedagogia do paradesporto.

Conforme Melo e Munster o handebol é visto como “...um elemento que além de ser capaz de repercutir inúmeros benefícios físicos e sociais, é um meio capaz de promover a inserção no ambiente do esporte competitivo e de rendimento”. Como visto no trabalho de Ramos e Costa (2022) o handebol perpassa o campo das competências físicas nos alunos com deficiência, auxiliando em outras esferas, já que “o esporte adaptado pode ser uma boa opção para essa população que busca nele, além dos benefícios físicos, uma interação social conscientização que possibilite avanços positivos nos aspectos psico-lógicos” (SERNAGLIA; DUARTE;DEA , 2003, p. 2).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as adaptações nos conteúdos, que integram a educação física, torna possível o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas aulas, e ainda proporciona a concepção de autonomia, o sentimento de pertencimento, o conhecimento e a ressignificação da cultura, a partir da própria experiência. Com os resultados obtidos através da pesquisa, conclui-se que há uma grande quantidade de trabalhos, mas direcionados ao esporte. Quanto as limitações do trabalho, salienta-se a necessidade de pesquisa em outras bases de dados e idiomas, dessa forma fornecer contribuições práticas para professores de educação física utilizarem e promoverem a participação efetiva de alunos com deficiências. Ampliar os estudos com outros descritores pode ainda ampliar os achados e conclusões sobre o tema.



REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 11, n. 02, p. 223-240, 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-65382005000200005&script=sci_abstract. Acesso em 15 de jul. 2023.

ALVES, Maria Luiza Tanure, MOLLAR, Thais Helena. Duarte, Edison. Educação física escolar: Atividades inclusivas. Brasil: Phorte Editora, 2009.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, v. 19, 69-88 1999. P. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/3NLKtc3KPprBBcvgLQbHv9s/?format=html>. Acesso em: 1 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de junh. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e Práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: Conferência Mundial de Educação Especial, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 de mai. 2023.

CASTELLANI FILHO, Lino et al. **Metodologia do ensino de educação física**. Cortez Editora, 2014. CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. *Revista integração*, v. 14, p 27-30 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=15012648451908195390&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1688651666237&u=%23p%3Dxf5sMIaFl7cJ. Acesso em 1 jul. 2023.

CARVALHO, Ingrid Rosa et al. A linguagem como instrumento de inclusão social: uma experiência de ensino do hip hop para jovens e adultos com deficiência intelectual e autismo. *Movimento*, v. 26, p. e26033, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/FPNMgjNZJcfjXK8PDpGJkLF/>. Acesso em 15 jul. 2023.

FERRAZ, Clara Regina Abdalla; ARAÚJO, Marcos Vinícius de; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues. Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: comparação dos



relatos de mães e professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 16, p. 397-414, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/KTNFgG58f69ycQrQwjGvYNN/?lang=pt>. Acesso em 15 de jul. 2023.

FERREIRA, Eliana Lúcia; CATALDI, Carolina Lessa. Implantação e implementação da Educação Física inclusiva. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 48, p. 79-94, 2014. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Implanta%20e+implementa%20da+Educa%20F%20sica+inclusiv&btnG=. Acesso em 1 jul. 2023.

LOPES, Joseuda Borges Castro et al. *Educação Inclusiva*. Porto Alegre: Ed. SAGAH, 2018.

MELO, Flávio Anderson Pedrosa de; VAN MUNSTER, Mey de Abreu. Handebol em cadeira de rodas: caminhos percorridos pelo PROAFA/UFSCar. *Revista Profissional da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/adapta/article/view/4080>. Acesso em 15 jul. 2023.

MILAGRES, Pedro; DA SILVA, Carolina Fernandes; KOWALSKI, Marizabel. O higienismo no campo da Educação Física: estudos históricos. *Motrivivência*, v. 30, n. 54, p. 160-176. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/download/2175-8042.2018v30n54p160/37041/197903>. Acesso em: 30 de mai. 2023.

MOREIRA, Inclusive Ana Caroline Araújo et al. A Importância Do Lúdico na Educação Física Para O Desenvolvimento Integral e Inclusivo. *Revista Gestão Universitária*. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-importancia-do-ludico-na-educacao-fisica-para-o-desenvolvimento-integral-e-inclusivo>. Acesso em 15 de jul. 2023.

NEVES, Marcos Ribeiro das; NEIRA, Marcos Garcia. O currículo cultural de educação física: princípios, procedimentos didáticos e diferenciações. *Revista Internacional de Formação de Professores*, v. 4, n. 3, p. 108-124, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003061103>. Acesso em 15 jul. 2023.

OLIVEIRA, Sandra Regina Garijo de et al. A educação física e a inclusão de pessoas com deficiência na escola: uma revisão sistemática-integrativa. 2019. Tese (Doutorado em psicologia: psicologia da educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, pág. 39, 2019.

RAMOS, Beatriz Lucena; COSTA, Rodrigo Rodrigues Gomes. Handebol em cadeira de rodas da iniciação ao jogo: proposta de ensino. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 23, n. 2,



p. 271-280. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/14003>. Acesso em 15 jul. 2023.

SERNAGLIA, Mirella Bagdadi; DUARTE, Edison; DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana. Avaliação do autoconceito em cadeirantes praticantes de esporte adaptado. *Pensar a Prática*, v. 13, n. 3, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/10223>. Acesso em 15 jul. 2023.

SILVA, Michele Carvalho da. *Educação Inclusiva*. Porto Alegre: Ed. Sagah, 2018.

TIVES, Karla Pereira et al. Jogos de tabuleiro e de mesa nas aulas de Educação Física: construção de adaptações para inclusão escolar do aluno com deficiência. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, v. 21, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10130>. Acesso em 15 jul. 2023.